

FESPSP
SCIE NTIA LUX MAX IMA
1933

FESPSP
FUNDAÇÃO ESCOLA DE SOCIOLOGIA E POLÍTICA DE SÃO PAULO

PROTEGER O MEIO AMBIENTE
E A SAÚDE PÚBLICA É TAREFA
DE TODOS NÓS



Dados Internacionais da Catalogação-na-Publicação (CIP)

363.72098142
R586p Rios, Télkia Cajahyba.
Programa tô ligado : Bahia / Télkia Cajahyba Rios ; [redação e diagramação Laura Fernandes ; revisão Danilo Madjarof Sertorio]. – 1. ed. – São Paulo: FESPSP, 2025. 20 p. : il. fotos color. ; 21 cm.

1. Saneamento básico. 2. Agência reguladora. 3. Ociosidade da rede de esgoto. 4. Ligações factíveis. I. Fernandes, Laura, diagramação. II. Sertorio, Danilo Madjarof, revisão. III. Título.

CDD 23. Saneamento : Bahia 363.72098142
Bibliotecário: Ederson Ferreira Crispim CRB-8/9724

APRESENTAÇÃO

A Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo (FESPSP), instituição com mais de 90 anos, dedicada ao ensino e pesquisa na compreensão da complexidade dos fenômenos sociais e políticos do país, procura aliar conhecimento e prática, a partir do fomento de atividades sinérgicas entre os cursos oferecidos e os projetos desenvolvidos pela instituição junto ao poder público. Nesse sentido, apresenta nesta publicação, os principais resultados do projeto piloto Tô Ligado, estudo em que a FESPSP apoiou a Agência Reguladora de Saneamento Básico da Bahia (AGERSA) no desenvolvimento de estratégias de atuação da agência para o equacionamento do problema de ociosidade de rede de esgotamento sanitário.

É com satisfação que apresentamos, de forma resumida, os principais aspectos do projeto piloto Tô Ligado, implementado nos municípios de Candeias e Vitória da Conquista. Contamos, aqui, com a contribuição do artigo "Da Ociosidade à Conexão: Estratégias para a Regularização das Ligações de Esgoto e o Papel das Entidades Reguladoras", no qual estão reunidos os resultados obtidos com o projeto Tô Ligado. Esse artigo, de autoria de Télkia Cajahyba, Diretora de Fiscalização da AGERSA, é fruto do trabalho de conclusão de curso MBA em Saneamento Ambiental, na FESPSP.

Além dos objetivos, das etapas do trabalho e das principais ações do Tô Ligado, esta publicação traz os principais resultados do estudo piloto. Entre eles, está a razão para a resistência à conexão por parte do cidadão: considera a conta de água cara, apesar de concordar com a relevância do saneamento para a saúde e o meio ambiente; tem a percepção de falta de fiscalização, o que o leva a acreditar na impunidade; demonstra acomodação com a situação atual, com soluções individuais precárias; e tem a crença de que a conta de água aumentaria após a ligação. São inúmeros os desafios enfrentados pelo poder público e o papel da FESPSP é auxiliar a formulação de políticas públicas melhor conectadas aos problemas e demandas da sociedade. Proteger o Meio Ambiente e a Saúde Pública é tarefa de todos nós.

INTRODUÇÃO

O desenvolvimento sustentável e a saúde pública dependem de uma série de fatores, dentre os quais está o saneamento básico, neste caso o esgotamento sanitário, que contribui substancialmente para a saúde ambiental e humana.

O sistema de esgotamento sanitário é composto por inúmeras operações e conta com uma complexa infraestrutura de rede para se viabilizar. O grande desafio é que quase metade da população brasileira ainda não tem ligação com Sistema de Esgotamento Sanitário (SES) e toda a água utilizada para a higiene pessoal, alimentação e limpeza, por exemplo, se converte em esgoto com alto grau de poluição.

Além da ausência de rede de coleta, o sistema de esgotamento sanitário enfrenta outro problema: a falta de conexão à rede de esgotamento sanitário quando disponível. Esta condição é muito comum em diversos municípios e o número de imóveis desconectados é tão expressivo que, se nada for feito, a meta de cobertura de coleta e tratamento de esgoto, prevista pela atualização do marco do saneamento básico, não será alcançada.

É notório que sem o adequado tratamento, esse esgoto compromete o meio ambiente, a qualidade da água e, principalmente, impacta negativamente a saúde da população. Por isso não é exagero dizer que o projeto Tô Ligado, que desenvolveu estratégias para enfrentar a não conexão à rede, não é somente um estudo dedicado a preparar a AGERSA nas atividades de regulação para que possa apoiar os prestadores de serviços a levar a rede de esgoto para mais famílias baianas: o Tô Ligado é a base para o futuro sustentável na Bahia.

Importante reforçar que o Tô Ligado só foi possível graças aos profissionais e às instituições envolvidas: a Agência Reguladora de Saneamento Básico do Estado da Bahia - AGERSA, a FESPSP, as prefeituras municipais, o Estado do Bahia e a Empresa Baiana de Águas e Saneamento - Embasa. A partir do trabalho conjunto, da dedicação e do profissionalismo entre as equipes é que foi possível superar as inúmeras dificuldades técnicas, institucionais e do contexto em que o projeto estava inserido.

Além destas instituições, também atuaram as Secretarias Municipais de Meio Ambiente; e a população dos municípios público-alvo do projeto, cuja participação, por meio da adesão à regularização das ligações de esgoto foi fundamental para o sucesso do estudo.

UM PROBLEMA COMPLEXO

A questão da conexão com a rede de esgotamento sanitário envolve uma série de atores, procedimentos e interações que a transforma em um problema complexo.

A conexão de um imóvel à rede precisa considerar, não somente a obra necessária, pois os imóveis desconectados encontram-se espalhados pelas áreas urbanas dos municípios. Além disso, os cidadãos desconhecem o problema da desconexão ou, mesmo sabendo, não conectam, por acreditar que o valor mensal da conta aumentará e em alguns casos o cidadão não sabe que já paga pelo serviço de esgotamento sanitário por meio da tarifa de disponibilidade. Também devem ser considerados outros aspectos que contribuem para o problema: informações cadastrais das prestadoras de serviços desatualizadas; a falta de clareza sobre o responsável pela questão; insuficiência de pessoal capacitado para lidar com esta questão; as condições socioeconômicas da população que necessitaria fazer adaptações na parte interna do imóvel.

O problema da conexão à rede é complexo e a atualização do novo marco legal do saneamento(*) - atribuiu a responsabilidade às entidades reguladoras de saneamento básico e aos titulares dos serviços. Logo, para que se atentem às determinações legais, as entidades reguladoras e os titulares precisam mobilizar estratégias e outros atores para a implantação desta política.

(*) Os § 6o e § 7o, art. 45, da Lei no 11.445/2007, revisada pela Lei no 14.026/2020

INÍCIO DE UM NOVO HORIZONTE

Com o apoio da AGERSA, do governo estadual e a expertise da FESPSP, a equipe se debruçou sobre o problema da ociosidade da rede, mirou no futuro e fez um planejamento robusto, para contribuir com a regularização das ligações de esgoto na Bahia e, consequentemente, com a transformação do cenário do saneamento no estado.

Mais do que desenvolver instrumentos e metodologias para que os órgãos estatais envolvidos na política pública de saneamento básico estejam integrados na solução deste problema, o projeto Tô Ligado representa o início de um caminho voltado para a qualidade de vida e para a promoção da dignidade e saúde dos cidadãos.

Ao longo de quatro meses, a FESPSP desenvolveu o estudo nos municípios baianos de Candeias e Vitória da Conquista, contando com uma equipe multiprofissional dedicada a conduzir o planejamento, a coleta de dados e pesquisa socioeconômica com o objetivo de conhecer a realidade de cada município, no que se refere às conexões de esgoto. Além disso, implantou um sistema de informações, conduziu as ações de comunicação, elaborou relatórios, ofereceu suporte técnico, treinou agentes de campo e reuniu os cidadãos, em um esforço de mobilização popular, ações essas essenciais para traçar propostas sólidas de atuação.

Problemas complexos demandam abordagens multidisciplinares e integradas

O enfrentamento de problemas complexos requer abordagens multidisciplinares para que todas as dimensões recebam a atenção de especialistas qualificados.

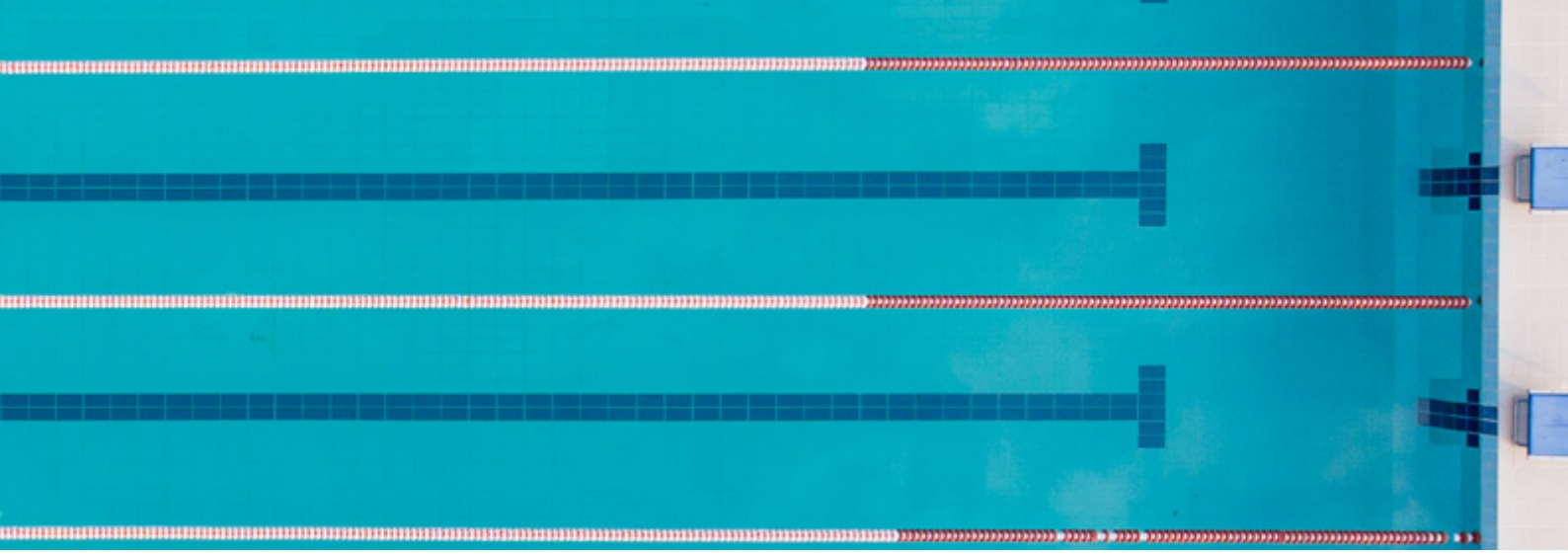
Os **aspectos legais** que envolvem a prestação dos serviços de saneamento básico, que determinem sanções ao descumprimento da legislação ambiental ou ofereçam alternativas para a viabilização da conexão, devem receber a atenção de especialistas da área jurídica.

Para o entendimento das **questões socioeconômicas e culturais da população** que ocupa ou possui imóveis desconectados, é necessário o olhar de cientistas sociais e economistas para compreender as barreiras e possíveis caminhos para o enfrentamento.

A **integração das inúmeras esferas e atores públicos** precisa ser realizada por gestores com capacidade de desenhar processos, dimensionar tempos e esforços, em conformidade com a realidade e com as especificidades da administração pública.

A **tecnologia para o tratamento de dados e informações** para que os diversos atores envolvidos sejam mobilizados no momento certo demanda o desenvolvimento de sistemas de informações, para dar suporte aos processos previstos, de modo que a informação correta seja entregue a quem precisa.

Por fim, a **mobilização de tecnologias sociais, com o apoio de ferramentas de comunicação,** especialmente desenvolvidas para abordar a população alvo do estudo, compõem a etapa mais importante do estudo: a abordagem qualificada junto à população alvo, para que o problema da não conexão, dos objetivos do projeto e das soluções sejam corretamente apresentados, e possibilitem o levantamento das condições socioeconômicas e do imóvel, por proporcionarem uma análise aprofundada do problema.



CONTEXTO DO PROJETO E O DESAFIO NACIONAL E NA BAHIA

Imaginemos 5,5 mil piscinas olímpicas: esse é o volume de esgoto não tratado no Brasil, que é despejado de forma irregular nos rios, mares e lagos, todos os dias. A informação do Ranking do Saneamento 2023, do Instituto Trata Brasil, é preocupante e não seria exagero dizer que a água que o cidadão consome pode estar sendo poluída por ele mesmo.

Isso ocorre porque:

44% da população do país	**41,7%** da população da Bahia
não possuem acesso à coleta de esgoto	

Fonte: SNIS, ano base de 2022.

52% do esgoto produzido no país	**48,8%** do esgoto produzido na Bahia
recebem tratamento	

Fonte: SNIS, ano base de 2022.

O desafio enfrentado pelo Brasil, em relação ao esgotamento sanitário, é significativo e os dados revelam um déficit alarmante na infraestrutura de saneamento:

A UNIVERSALIZAÇÃO DO SANEAMENTO

O saneamento não é apenas uma questão técnica, é um compromisso com o desenvolvimento social e sustentável da população. Apenas com um esforço conjunto será possível alcançar as metas de universalização definidas pela atualização do Marco Legal do Saneamento (Lei Federal 11.445/2007 e Lei Federal 14.026/2020).

Até 2033, o Brasil tem como propósito fornecer água potável para **99% da população**

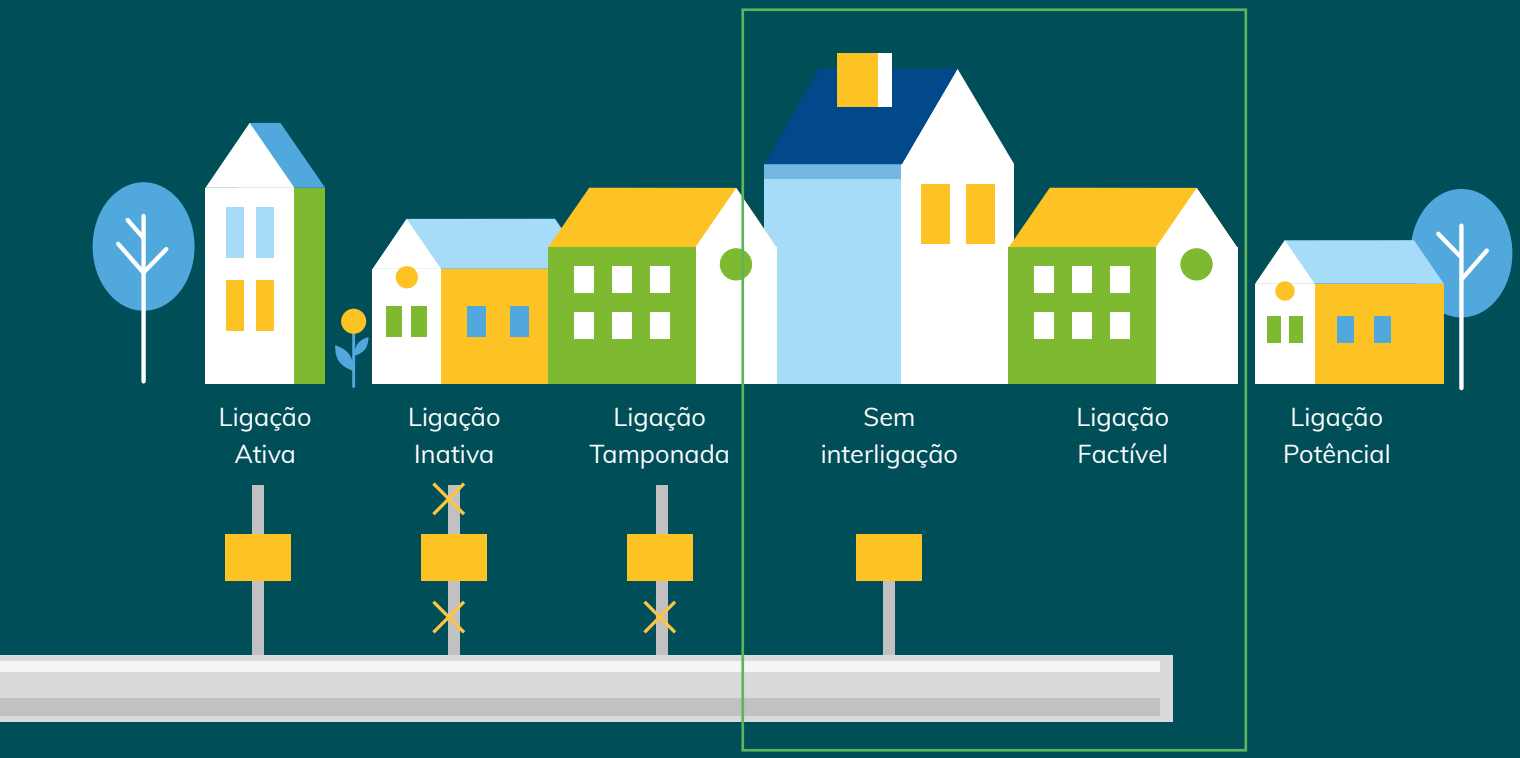
além da coleta e do tratamento de esgoto para **90% dos cidadãos**

DA OCIOSIDADE À CONEXÃO

O PROBLEMA DA OCIOSIDADE DA REDE

Esquema das ligações de esgotamento sanitário

Entre os principais fatores que aumentam o déficit de esgotamento sanitário no Brasil, está a não conexão do esgoto pelo usuário, **mesmo quando a rede está disponível** (Figura 1). Este fenômeno é conhecido como **ociosidade de rede** que representa um desperdício na infraestrutura e não contribui para a melhoria das condições de saúde pública e ambientais, impedindo o alcance das metas de universalização do saneamento.



Há legislações estatuais e municipais para apoiar a conexão à rede de esgoto, mas o problema pouco evoluiu desde a implementação destas (Quadro 1). Compreender por que usuários não se conectam à rede de esgoto ajuda a identificar barreiras e contribui com o desenvolvimento de estratégias específicas para superar essas dificuldades. A ociosidade é um problema complexo e influenciado por fatores econômicos, sociais e operacionais. Entender a raiz do problema é essencial para formular soluções eficazes e sustentáveis, especialmente à luz das diretrizes estabelecidas pelo marco legal do saneamento (Quadro 2).

Fonte: Instituto Trata Brasil

QUADRO 1

ATUAÇÃO DOS ESTADOS ANTES DO MARCO LEGAL DO SANEAMENTO (LEI Nº 14.026/2020)

Regulamentações específicas sobre a obrigatoriedade de ligação à rede de esgotamento sanitário. Ex.: Bahia, São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais.	Penalidades pelo não cumprimento da legislação e incentivo à adesão, através de campanhas de conscientização ou por meio de subsídios e financiamentos.
Bahia: Decreto nº 7.765/2000 regulamenta a Lei nº 7.307/1998.	Aborda a obrigatoriedade da ligação dos imóveis à rede pública de esgotamento sanitário. Imóveis que não realizarem a ligação à rede de esgoto podem sofrer sanções pelos órgãos ambientais. A tarifa de esgoto pode ser cobrada mesmo que a ligação não tenha sido efetivada, desde que a rede esteja disponível e o usuário tenha sido notificado.
Vitória da Conquista: Art. 45 da Lei Federal nº 11.445/2007, atualizada pela Lei nº 14.026/2020.; Art. 171 da Lei Municipal nº 1.410/2007.	Vitória da Conquista e Candeias possuem legislações municipais que reforçam a obrigatoriedade da conexão à rede de esgoto. Além disso, os municípios possuem normas sancionatórias para quem gera poluição do solo e dos corpos d'água, as principais formas de poluição causadas pelo despejo in natura ou inadequado dos esgotos.
Candeias: Art. 45 da Lei Federal nº 11.445/2007, atualizada pela Lei nº 14.026/2020; Art. 126 da Lei Municipal nº 882/2014 e Art. 49 e Art. 50 da Lei Municipal nº 925/2015.	

QUADRO 2

OCIOSIDADE DA REDE NO MARCO LEGAL DO SANEAMENTO (LEI Nº 14.026/2020)

Os § 6o e § 7o, art. 45, da Lei no 11.445/2007, revisada pela Lei no 14.026/2020	Aborda a ociosidade da rede de esgotamento sanitário e trata da obrigatoriedade de conexão dos imóveis às redes públicas de esgotamento sanitário, quando disponíveis. A responsabilidade pelas ações para que cidadão se conecte à rede de esgotos está sob a responsabilidade das agências reguladoras e o titular dos serviços.

COMO A AGÊNCIA REGULADORA PODE ATUAR?

É nesse contexto que entra o Tô Ligado, estudo piloto criado para identificar como as agências reguladoras podem atuar diante do alto índice de ociosidade. Dedicado a identificar as causas da baixa adesão à rede de esgoto e contribuir com a universalização do acesso, o projeto teve como ponto de partida os municípios baianos de Candeias e Vitória da Conquista, no ano de 2023.

Importante destacar que as experiências piloto criam uma oportunidade para estabelecer novos mecanismos que fortaleçam a atuação das entidades reguladoras nesse campo, de forma integrada com o Prestador e o Titular dos Serviços. A intenção é que os avanços obtidos possam contribuir com a inauguração de um novo patamar das ligações ao Sistema de Esgotamento Sanitário no estado.

A metodologia do Tô Ligado foi estruturada em torno de um Protocolo Integrado de Promoção da Ligação dos Domicílios ao Sistema de Esgotamento Sanitário. Por meio de estudos, pesquisas de campo e avaliações dos impactos sociais, o estudo piloto permitiu conhecer a realidade atual das ligações de esgoto, do ponto de vista socioeconômico e técnico operacional.

OBJETIVOS DO TRABALHO DE CAMPO

QUADRO 3

PRINCIPAIS OBJETIVOS DO TRABALHO DE CAMPO		
CULTURA E CONSCIENTIZAÇÃO	Mudança de comportamento	- Órgãos públicos - População
	Conscientização sobra a importância do Esgotamento Sanitário	
	Informação aos cidadãos	- Disponibilidade da Rede - Responsabilidades - Como se conectar - Uso adequado do Sistema
ORIENTAÇÃO E SUPORTE	Orientação aos Agentes Públicos	- Mecanismos legais - Incentivos à Ligação
	Identificação de obstáculos e soluções	- Busca por soluções personalizadas
ATUAÇÃO PREVENTIVA E FISCALIZAÇÃO	Fortalecimento da atuação dos órgãos responsáveis	- Ações preventivas
	Garantia da aplicação justa de incentivos e penalidades	

Considerando que a existência prévia de legislação e a previsão de penalidades se mostraram mecanismos insuficientes para promover a adesão do usuário à rede de esgoto, o Protocolo desenvolvido buscou fomentar uma cultura de ligação à rede de esgoto entre os órgãos públicos e a população. A execução do projeto foi estruturada em quatro etapas:

1. **Formalização da parceria agência reguladora, prestador e titular do serviço;**
2. **Recebimento da base cadastral das ligações ociosas e elaboração de diagnóstico;**
3. **Planejamento, desenvolvimento das estratégias e execução das ações de campo;**
4. **Monitoramento, análise dos resultados e refinamento das estratégias.**

As etapas para execução do trabalho foram divididas em macroprocessos e processos específicos, com foco na metodologia, nos atores envolvidos e nos indicadores de acompanhamento. O objetivo principal foi ampliar o número de ligações de esgoto em áreas com rede coletora disponível nos municípios estudados.



ETAPAS DA EXECUÇÃO DO TRABALHO

QUADRO 4

PLANEJAMENTO	- Definição das áreas piloto - Articulação institucional - Comunicação institucional e social - Preparação das equipes de campo - Diagnóstico
EXECUÇÃO	- Abordagem aos usuários - Levantamento de dados e pesquisa - Ações de regularização
MONITORAMENTO E CONTROLE	- Uso de sistema de informações - Geração de relatórios e indicadores - Análise qualitativa dos impactos
RELATÓRIO FINAL	- Sistematização e análise dos resultados - Elaboração do relatório final

Após o recebimento dos dados, foi realizada uma análise da ociosidade da rede nos municípios. A análise permitiu a elaboração de um logístico para a visitação de 1.000 imóveis sem conexão com a rede de esgoto.

A ação em campo consistiu na visita porta-a-porta nos imóveis que não tinham conexão com a rede de esgoto, presencial, na tentativa de estabelecer o primeiro contato com o cidadão. Nessa etapa, agentes de campo - devidamente treinados - visitaram os imóveis que ainda não possuíam ligação de esgoto para apresentar o projeto, esclarecer dúvidas e incentivar a adesão.

Nessa primeira abordagem, também foi realizada uma pesquisa socioeconômica, para identificar as barreiras à conexão e subsidiar a elaboração de estratégias futuras mais eficazes.

A ação em campo também verificou a viabilidade técnica prévia da conexão à rede de esgoto. Confirmando a viabilidade, a equipe coletou a autorização do cliente para adesão e a inspeção do prestador de serviços para confirmar se a ligação seria tecnicamente viável ou se precisaria de adequações. Após a confirmação de ambas, a etapa seguinte seguiu com o agendamento para a execução da ligação.

Os imóveis vazios, na primeira tentativa receberam uma segunda visita. Se na segunda tentativa não houve contato com o responsável, a equipe deixou um material sobre o projeto com o contato de WhatsApp do es-

tudo. Entre os cidadãos que entraram em contato pelo WhatsApp também houve um processo de apresentação e convencimento para a adesão ao Tô Ligado. O uso do aplicativo de mensagens, inicialmente não previsto na estratégia, mostrou-se uma ferramenta promissora para o processo de aproximação com o cidadão e adesão à conexão.

Um ponto a ser ressaltado é o processo de Gestão das Recusas, cujo objetivo foi reverter a recusa do cidadão em participar do programa. Nesse caso, foram realizadas novas tentativas de contato, por telefone e presencialmente, analisando a recusa para identificar os motivos e ajustar as estratégias de abordagem.

Para estimular a adesão ao programa e ajudar a superar as barreiras financeiras, o projeto também previu a oferta de incentivos, como a gratuidade da conexão à rede de esgoto.

Todos os dados foram registrados no Sistema de Informações, através do qual o andamento das atividades era monitorado, o que permitiu acompanhar o andamento das ações em campo e das conexões, gerando indicadores de desempenho e relatórios. Tal monitoramento permitiu a identificação de problemas, a correção de desvios e a otimização das estratégias.

A superação de obstáculos à conexão e a promoção da universalização do saneamento básico foram os norteadores do projeto piloto Tô Ligado, que testou estratégias de comunicação e de mobilização social, além de levantar dados importantes para a atualização cadastral do prestador de serviço e reunir as informações para a elaboração de estratégias e processos necessários para a atuação da Entidade Reguladora Infranacional (ERI) e do Titular dos serviços, conforme os § 6o e § 7o, art. 45, da Lei no 11.445/2007.

PRINCIPAIS AÇÕES DO TÔ LIGADO

1. **ANÁLISE DE EXPERIÊNCIAS SIMILARES:** estudo de projetos realizados em outros estados, como Ceará, São Paulo e Santa Catarina, para identificar boas práticas, lições aprendidas e desafios a serem superados. Forneceu subsídios para o planejamento;

2. **PESQUISA SOCIOECONÔMICA:** aplicada junto à população-alvo para caracterizar sua condição de vida, os motivos da não ligação à rede de esgoto e a percepção sobre a importância do saneamento básico. Orientou as estratégias de comunicação, tornando-as mais eficazes;

3. **COMUNICAÇÃO SOCIAL:** elaboração de uma estratégia de comunicação abrangente, por meio de ações direcionadas para diferentes públicos, com o propósito de conscientizar a população sobre a importância da ligação à rede de esgoto, informar sobre os procedimentos e incentivos e esclarecer dúvidas;

4. **SISTEMA DE INFORMAÇÕES:** implementação de um sistema de informações dedicado para acompanhamento e monitoramento das ações, permitindo o registro de dados, a gestão de informações e a comunicação entre os atores envolvidos (a Embasa responsável por realizar as visitas técnicas e executar as ligações; e as Prefeituras responsáveis pelo envio de notificação de irregularidade), além da emissão de relatórios. Foi crucial para o acompanhamento e a gestão do projeto, permitindo a tomada de decisões baseada em dados.

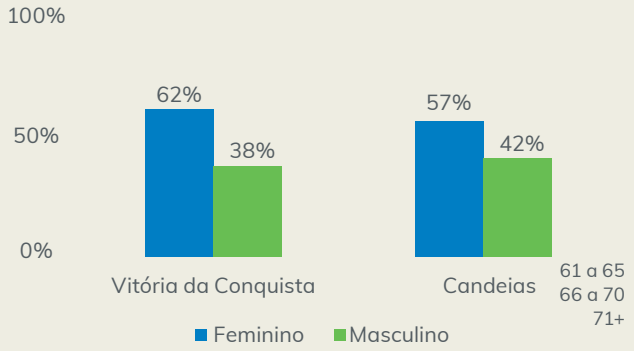
RESULTADOS

Resultados sociodemográficos da pesquisa socioeconômica
Perfil dos entrevistados

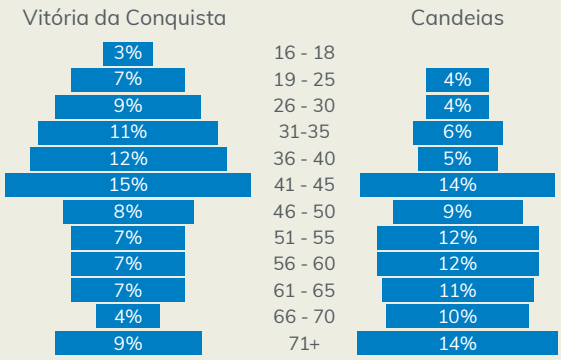
- Maioria do sexo feminino
- Idade entre 40 e 60 anos
- Autodeclaração: parda
- Principal ocupação: autônomo (em Vitória da Conquista) e aposentado (em Candeias)

PERFIL DO RESPONDENTE

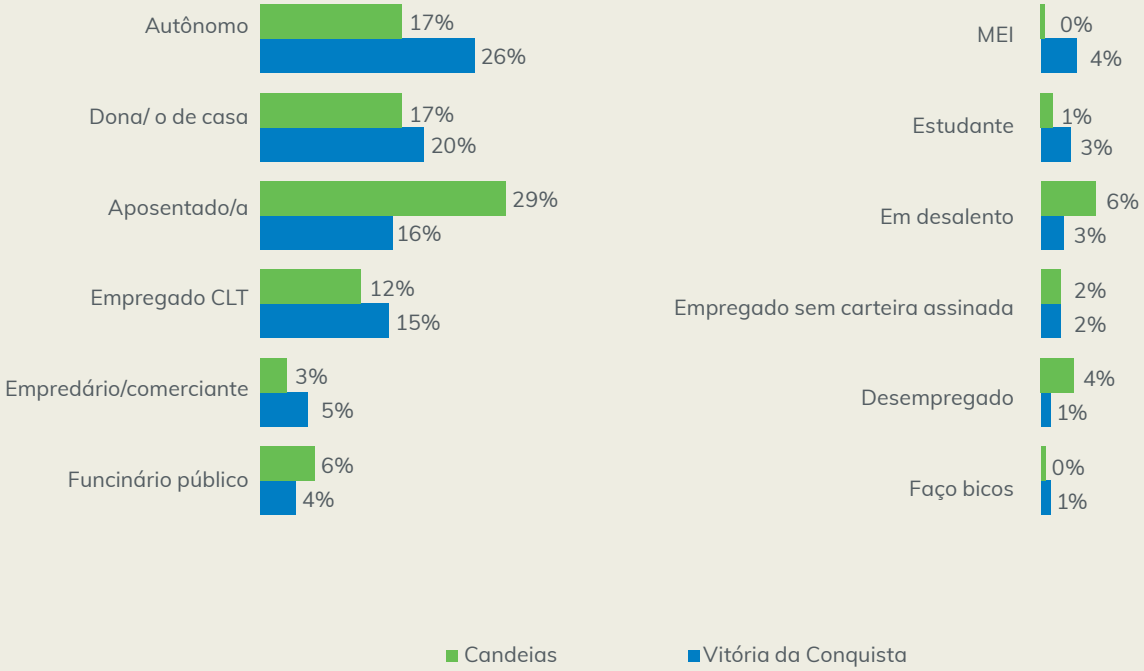
EXPRESSÃO DE GÊNERO



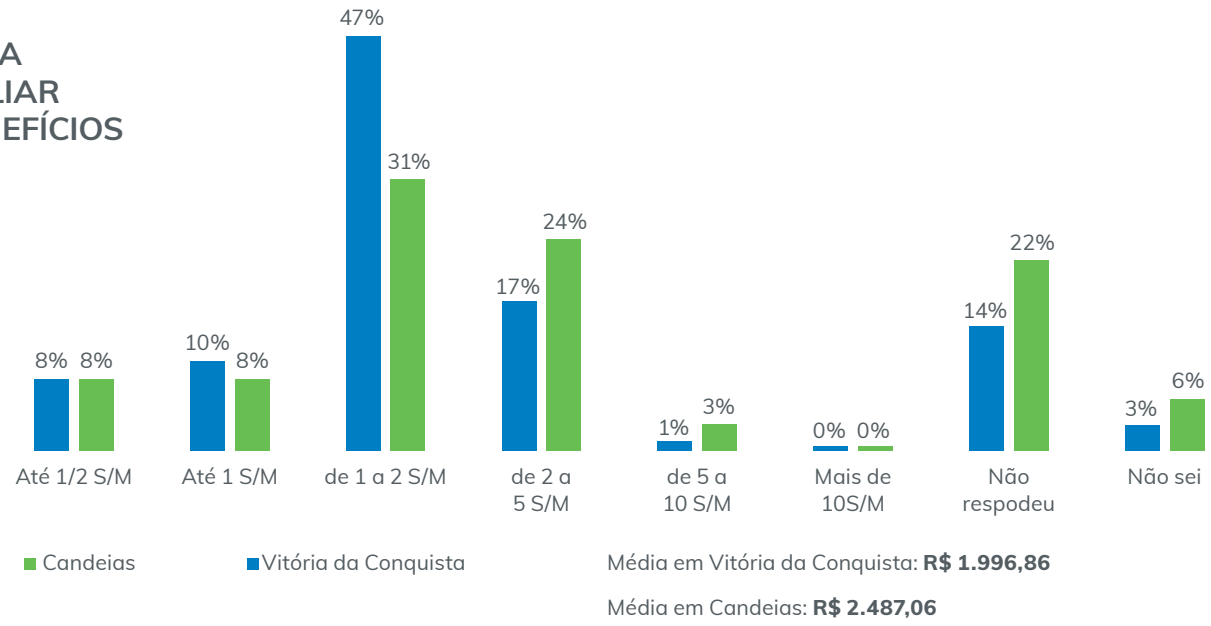
PERFIL ETÁRIO



OCUPAÇÃO



RENDA FAMILIAR + BENEFÍCIOS



Média em Vitória da Conquista: **R$ 1.996,86**

Média em Candeias: **R$ 2.487,06**

RESULTADOS QUANTITATIVOS DO PROJETO PILOTO:

• **Candeias:** 983 imóveis visitados e 374 pesquisas socioeconômicas, de um total de 1.000 ligações factíveis.
• **Vitória da Conquista:** 1.004 imóveis visitados e 216 pesquisas socioeconômicas, de um total de 1.016 ligações factíveis.

ENCAMINHAMENTOS PARA AÇÕES DE REGULARIZAÇÃO

• **Candeias:**
- 122 imóveis encaminhados para visita técnica para regularização
- 324 imóveis encaminhados para notificação ambiental pela Prefeitura (moradores se recusaram a aderir ao programa)
- 16 ligações regularizadas durante o período do projeto piloto

• **Vitória da Conquista:**
- 308 imóveis encaminhados para visita técnica para regularização
- Não houve aplicação de notificações por parte da Prefeitura
- Durante o período do projeto piloto, a Embasa não conseguiu iniciar as obras de regularização

LIGAÇÕES TECNICAMENTE INVIÁVEIS

• O estudo identificou **183 ligações** com impossibilidade de conexão à rede, principalmente devido à soleira negativa:
- 45 em Candeias
- 138 em Vitória da Conquista

Foram resultados expressivos em termos de alcance e engajamento da população: nos dois municípios, a equipe do projeto conseguiu realizar abordagens em praticamente 100% das ligações factíveis. Isso demonstra a eficiência da metodologia de trabalho de campo e a capacidade de mobilização das equipes.

A DIMENSÃO SOCIOECONÔMICA

55% dos entrevistados em **Candeias** consideram a conta de água cara, sendo a renda familiar média de **R$ 2.487,06**

47% dos entrevistados em **Vitória da Conquista** consideram a conta de água cara, sendo a renda familiar média de **R$ 1.996,86**

RAZÃO PARA A RESISTÊNCIA À CONEXÃO

95% dos entrevistados concordam com a relevância do saneamento para a saúde e o meio ambiente.

- **Vitória da Conquista:** percepção de falta de fiscalização, levando os usuários a acreditarem na impunidade.
- **Candeias:** acomodação com a situação atual (com soluções individuais precárias) e crença de que a conta de água aumentaria após a ligação.

CONEXÃO VOLUNTÁRIA

Em Vitória da Conquista, a taxa de adesão ao programa demonstra o impacto positivo das estratégias de comunicação e mobilização social implementadas pelo projeto piloto. Destaca-se que a proposta de conexão à rede de esgoto no piloto, não contou com incentivos positivos ou negativos, apenas com a gratuidade do serviço de conexão o que já foi oferecido pela Embasa, caso o cidadão a procurasse de forma voluntária.

O projeto Tô Ligado evidenciou a complexa realidade da ociosidade das redes de esgoto, revelando uma lacuna entre a conscientização sobre a importância do saneamento básico e a efetiva conexão dos usuários à rede.

34,54%* dos entrevistados aderiram ao projeto, em **Vitória da Conquista**

e **13,87%** dos entrevistados aderiram ao projeto, em **Candeias**

Ressalta-se que este índice representa um avanço significativo em relação à situação pré-projeto, considerando a complexidade do problema e as diversas **barreiras à conexão**. Entre elas, a falta de conscientização, as dificuldades socioeconômicas e a percepção de falta de fiscalização.

PONTOS DE ATENÇÃO:

- **COMPREENSÃO:** Os entrevistados demonstraram compreensão sobre os benefícios do saneamento básico para a saúde e o meio ambiente, reconhecendo a importância da ligação à rede de esgoto.
- **LEGISLAÇÃO:** alto nível de desconhecimento sobre a legislação e os procedimentos para a regularização das ligações.
- **TARIFA DE DISPONIBILIDADE:** parte das pessoas que se recusaram a aderir à conexão já pagam a tarifa de disponibilidade e ao serem informadas, algumas aceitaram prosseguir com a conexão.
- **WHATSAPP:** 62% dos contatos realizados por meio do WhatsApp resultaram na aceitação da visita técnica da Embasa.

*O percentual é referente à adesão e diz respeito ao período que vai até o final do projeto piloto, uma vez que a Embasa seguiu na visita aos proprietários que sinalizaram positivamente para a participação.

A QUAL CONCLUSÃO CHEGAMOS?

O projeto piloto Tô Ligado demonstrou a importância da realização de ações integradas para a regularização das ligações de esgoto, combinando comunicação, educação, mobilização social, fiscalização e incentivos. A ampliação do programa em escala estadual pode contribuir significativamente para o alcance das metas de universalização dos serviços de esgotamento sanitário na Bahia.

Os resultados do projeto piloto Tô Ligado oferecem uma rica base para discutir as razões que impedem a conexão de usuários à rede de esgoto, mesmo com a infraestrutura disponível. É fundamental analisar de forma aprofundada a questão, abordando diferentes dimensões do problema:

1. INFORMAÇÃO E ESCLARECIMENTOS:

A abordagem à população evidenciou situações variadas no que diz respeito às razões pela falta de conexão. Parte das pessoas não tinha conhecimento de que já paga pelos serviços de esgoto (tarifa de disponibilidade), mas ao saber autorizou a visita técnica da Embasa. Em um segundo contexto, os entrevistados acreditavam que a conexão com a rede de esgoto já existia quando, na verdade, o imóvel estava erroneamente conectado à rede de drenagem. O desconhecimento sobre a "história" do imóvel foi outra constatação frequente nas abordagens: as pessoas não sabiam da inexistência da conexão pois essa informação não foi passada pelos antigos ocupantes.

2. DUALIDADE ENTRE CONSCIENTIZAÇÃO E AÇÃO:

Embora a maioria dos entrevistados reconheça a importância do saneamento básico para a saúde e o meio ambiente, essa conscientização não se traduz necessariamente em ações concretas. A pesquisa revelou um descompasso entre o discurso e a prática, indicando que a conscientização, por si só, é insuficiente para promover a mudança de comportamento e a compreensão dos benefícios não garante a adesão ao programa.

3. INFLUÊNCIA DA PERCEPÇÃO SOBRE A FISCALIZAÇÃO:

A disparidade entre as cidades de Candeias e Vitória da Conquista, em relação à principal razão para a não conexão, destaca a influência da percepção sobre a fiscalização. Em Vitória da Conquista, a crença na impunidade e na falta de fiscalização desestimula a regularização, enquanto em Candeias, a acomodação com a solução individual e o medo do aumento da conta prevalecem. Essa diferença sugere que a efetividade da fiscalização, ou a falta dela, molda o comportamento dos usuários e impacta diretamente na adesão ao programa.

4. IMPACTO DOS FATORES SOCIOECONÔMICOS:

A pesquisa evidencia a sensibilidade dos usuários em relação aos custos, com a percepção de que a conta de água é "cara" ou "muito cara". A dificuldade em arcar com os custos da instalação, mesmo com a disponibilidade de subsídios e parcelamento, demonstra a necessidade de políticas públicas que considerem a realidade socioeconômica dos usuários e ofereçam soluções financeiramente viáveis.

5. IMPORTÂNCIA DA COMUNICAÇÃO EFICAZ E DA MOBILIZAÇÃO SOCIAL:

O estudo demonstrou a importância da comunicação clara, objetiva e acessível para a efetividade do programa. A utilização de diferentes canais de comunicação, como o WhatsApp, e a linguagem adequada ao público-alvo são cruciais para a conscientização e a mobilização social. A criação de um site institucional, com informações relevantes sobre

o programa, a legislação e os procedimentos para a regularização, também se mostram fundamentais.

6. NECESSIDADE DE ABORDAGENS DIFERENCIADAS:

A análise dos dados sugere que a política de universalização do saneamento básico precisa ser flexível e abrangente, considerando as diferentes realidades e necessidades dos municípios. As particularidades de cada contexto, como a percepção da fiscalização, o perfil socioeconômico dos usuários e a cultura local, devem ser considerados na elaboração de estratégias e ações específicas.

7. ATUALIZAÇÃO CADASTRAL:

A atualização cadastral das ligações e dos usuários, por parte dos prestadores, é fundamental para o dimensionamento do problema. “Quantos imóveis possuem ligações factíveis?” e “Quantos imóveis precisam de soluções individuais?” são informações fundamentais para avançar os níveis de cobertura e avançar na meta de universalização da coleta de esgotos.

8. PAPEL DA ARTICULAÇÃO INSTITUCIONAL E DA COOPERAÇÃO INTERSETORIAL:

A complexidade do problema exige a articulação entre diferentes atores, como a entidade reguladora, o prestador de serviços, o ministério público, as prefeituras e a sociedade civil organizada. A formalização de termos de cooperação e a criação de canais de diálogo permanentes são essenciais para o sucesso do programa. A participação da comunidade, por meio de conselhos e fóruns de debate, também fortalece a gestão democrática do saneamento básico.

9. IMPORTÂNCIA DA TRANSPARÊNCIA E DO MONITORAMENTO CONTÍNUO:

A transparência na gestão dos recursos e a divulgação dos resultados do programa são fundamentais para a construção da confiança e o engajamento da população. O monitoramento contínuo dos indicadores, a avaliação periódica das ações e a divulgação de relatórios acessíveis à comunidade contribuem para a legitimidade e a efetividade da política pública.

A experiência do projeto piloto Tô Ligado reforça a importância da atuação das Entidades Reguladoras Infranacionais na Política de Saneamento Básico com ações que impulsionem a conexão dos imóveis à rede de esgoto. A partir das informações coletadas pelo projeto, a entidade reguladora poderá monitorar com maior precisão as metas de universalização.

O projeto também evidenciou a necessidade de fortalecimento institucional dos órgãos ambientais municipais, para que possam exercer seu papel na fiscalização e aplicação de incentivos de forma mais eficiente.

As “Ligações Tecnicamente Inviáveis” emergem como um desafio adicional para o alcance da universalização do saneamento básico. A Agência Reguladora, em conjunto com os demais atores envolvidos, deverá buscar soluções regulatórias e técnicas para garantir que todos os cidadãos tenham acesso a esse direito fundamental, independentemente das condições de seus imóveis.

A resistência à conexão com a rede de esgoto não se resume a uma única causa, mas sim a um conjunto de fatores interligados, criando um desafio multifacetado para a universalização do saneamento básico. A complexidade do problema exige a cooperação entre a entidade reguladora, o prestador de serviços, o Ministério Público, as prefeituras e a sociedade civil organizada.

Dada a singularidade dos resultados dos dois municípios envolvidos no projeto piloto, constata-se que a política de universalização do saneamento básico deve ser flexível e adaptável às diferentes realidades locais, considerando as particularidades de cada município. Entre elas, a percepção da fiscalização, o perfil socioeconômico da população e a cultura local, devendo ser desenhada para diferentes públicos e necessidades.

O acesso à água tratada e ao esgotamento sanitário é um direito fundamental de todos os cidadãos. A superação dos desafios da não conexão exige um esforço coletivo e um compromisso compartilhado com a construção de um futuro mais justo e sustentável.

Essa publicação foi elaborada a partir do artigo “Da Ociosidade à Conexão: Estratégias para a Regularização das Ligações de Esgoto e o Papel das Entidades Reguladoras”, assinado por Télkia Cajahyba como trabalho de conclusão de curso do MBA em Saneamento Ambiental da FESPSP, e complementada pela equipe técnica da FESPSP, a partir dos resultados obtidos no projeto piloto Tô Ligado.

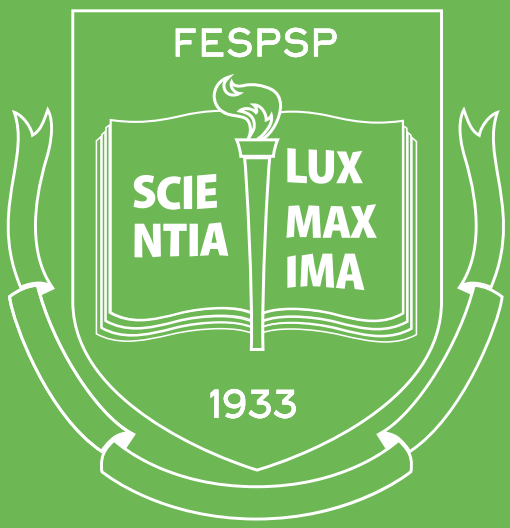
TÉLKIA CAJAHYBA RIOS

Diretora de Fiscalização da Agência Reguladora de Saneamento do Estado da Bahia (AGERSA), autarquia vinculada à Secretaria de Infraestrutura Hídrica e Saneamento desde 2016. MBA em Saneamento Ambiental pela FESPSP. Formação em Regulação e Fiscalização de Serviços de Abastecimento de Água e de Esgotamento Sanitário. Experiência em gestão na área de saúde e no 3° setor. Psicóloga pela USP.

FESPSP

Coordenação:
Elcires Pimenta Freire
Cecília Almeida Gomes
Alceu Galvão
Danilo Madjarof

Equipe Técnica:
Adriel Alvarez Perez
Cleo Teixeira
Laura Fernandes
Luiz Ambrosio
Marcella Facó
Paula Junqueira
Paulo Silvino
Roberto Ogo
Rui Akito Tamaribuchi



FESPSP

FUNDAÇÃO ESCOLA DE SOCIOLOGIA E POLÍTICA DE SÃO PAULO

www.fespsp.org.br @fespspoficial

Rua General Jardim, 522 - Vila Buarque

São Paulo - SP - 01223-010

Programa tô ligado